

Paper do NAEA Volume 28

Democratização da Universidade Federal do Pará e cidadania: pessoas em situação de rua e as diferentes possibilidades de uso do espaço da instituição

Bianca Conde Leão¹



RESUMO

Este artigo versa sobre usos dos espaços da Universidade Federal do Pará por pessoas que estão ou estiveram em situação de rua, tendo como objetivo levantar uma reflexão sobre os contrastes e afinidades entre a missão institucional e a prática dos usos de seus espaços pelos sujeitos em questão. A pesquisa foi feita por meio da observação participante, a partir da experiência empírica da autora deste artigo como facilitadora do projeto “Gestão da Prática Cotidiana” e como voluntária do projeto de jornal “A verdade rua e crua”, bem como foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos participantes do curso “Gestão da Prática Cotidiana: formação em mídias para a população de rua”, o qual aconteceu nos dias 24 e 25 de setembro de 2018 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da instituição. A partir das respostas dos entrevistados, foram discutidos os conceitos de território, territorialidade, cidadania e democratização do espaço público e da Universidade por meio de autores como Trindade Jr. (2016), Bahia (2012), Gomes (2002) e Saramago (2013), revelando-se a necessidade de democratizar ainda mais o espaço da UFPA, de forma contrária à lógica capitalista de mercantilização do conhecimento e do espaço público.

Palavras-chave: Universidade Federal do Pará. Espaço público. Democratização. Situação de rua.

¹ Formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela da Universidade Federal do Pará (UFPA); mestranda bolsista do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA). E-mail: biancacleao@gmail.com.

ABSTRACT

This article deals with uses of the spaces of the Federal University of Pará by homeless people and aims to reflect on the contrasts and affinities between the institutional mission and the practice of the uses of their spaces by these subjects. The research was done through participant observation, based on the empirical experience of the author of this article as facilitator of the project "Gestão da Prática Cotidiana (Management of Daily Practice)" and as a volunteer of the newspaper "A verdade rua e crua (The naked truth of the streets)". Semistructured interviews were applied to the participants of the course "Management of Daily Practice", which took place on September 24 and 25, 2018, at the Institute of Philosophy and Human Sciences of the institution. From the interviewees' answers, the concepts of territory, territoriality, citizenship and democratization of the public space and of the University were discussed through authors such as Trindade Jr. (2016), Bahia (2012), Gomes (2002) e Saramago (2013). The need to further democratize the UFPA space was revealed, contrary to the capitalist logic of commercialization of knowledge and public space.

Keywords: Federal University of Pará. Public place. Democratization. Homeless people.

.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende refletir sobre a percepção que um grupo de indivíduos em situação de vulnerabilidade social têm a respeito do espaço público em geral e do espaço da universidade pública em particular. Os propósitos aqui analisados foram coletados entre os participantes do projeto “Gestão da Prática Cotidiana: formação em mídias para a população de rua”, promovido pelo departamento de assistência social PAULUS, em parceria com o projeto de jornal “A verdade rua e crua”, Conselho Municipal de Assistência Social e Universidade Federal do Pará, realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2018 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA.

Os propósitos perceptivos aqui discutidos foram coletados por meio de dois instrumentos, a observação participante que fazemos do projeto do jornal “A verdade rua e crua” no contexto de nossa dissertação de mestrado e que inclui as atividades do evento em tela e, em complemento, entrevistas semiestruturadas que realizamos com quatro dos cerca de 20 participantes das atividades ocorridas na UFPA naquelas datas. A opção por entrevistas semiestruturadas abriu possibilidades para que, além das perguntas elaboradas previamente, questionamentos espontâneos fossem feitos a partir das respostas que surgiram. Acrescenta-se a perspectiva de uma observação participante (QUEIROZ et al, 2007, p.278) a partir da experiência empírica da própria autora como facilitadora do projeto Gestão da Prática Cotidiana e voluntária do jornal “A verdade rua e crua”, além de ser pesquisadora bolsista do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/ UFPA) e ter como sujeitos de pesquisa de seu projeto de mestrado as pessoas que escrevem o jornal.

Sob uma abordagem qualitativa, esta pesquisa visa analisar o objeto em sua subjetividade, levando em conta que se busca estudar os usos do espaço da Universidade Federal do Pará a partir do relato dos entrevistados, não sendo adequada, portanto, uma análise meramente objetiva, restrita à mensurar os dados observados (FIGUEIREDO et SOUZA, 2011, p. 95).

Inicialmente, os dados coletados tinham como propósito a produção de um artigo a ser apresentado como atividade avaliativa para a disciplina Espaço Público e Produção Social da Cidade, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Mirleide Charr Bahia e pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, sendo as perguntas da entrevista aquelas sugeridas pelos professores aos alunos da turma.

Para este trabalho, além das entrevistas, tomamos por base o regulamento, a missão e a visão institucional da Universidade Federal do Pará para observar os pontos de convergência e de contrastes entre o que a instituição se propõe a ser em oposição a como ela é utilizada de fato pelos entrevistados.

Propõe-se uma discussão sobre a necessidade de democratizar ainda mais o espaço da UFPA, posicionando-a na contramão de uma lógica capitalista de mercantilização do conhecimento e do espaço público universitário.

Entre os resultados desta pesquisa, observamos que a Universidade Federal do Pará – assim como as cidades – é um *locus* de interação entre agentes modeladores diversos, na qual diferentes interesses e significações imbricam-se a fatores estruturais. Sendo assim, é também um *locus* de permanentes tensões entre o “legal” e o “real” (BAHIA, 2012): de um lado pessoas em situações de vulnerabilidade que busca uma oportunidade de suprir algumas de suas necessidades de educação, lazer e socialização; de outro, a administração da instituição e a necessidade de garantir a segurança do espaço, com regras e agentes de segurança.

A Universidade – bem como as cidades – está em constante movimento e é por meio da atenção à dinâmica de sua *práxis* que se podem adotar medidas eficazes para a promoção da cidadania e da justiça social; em outras palavras, é apenas por meio da vida social que é possível pensar a criação e a recriação de cidades (LEFÈBVRE, 2001), bem como a criação de uma Universidade mais inclusiva e sustentável. Gomes (2002) afirma que não é possível pensar a democracia, sem considerar as ideias de cidadania e de espaço público. O autor enfatiza que a reconfiguração do espaço público é fundamental à cidadania e, conseqüentemente, à democracia, embora reconheça que há uma tendência ao encolhimento do espaço público nas sociedades atuais. Para ele, o estudo da dinâmica da vida social, tanto em seu aspecto material quanto simbólico, é indispensável para a consolidação de uma sociedade mais democrática.

No mesmo sentido, Saramago (2013) ressalta a imprescindibilidade da constante discussão e rediscussão da ideia de democracia, bem como argumenta que a Universidade precisa formar mais do que bons profissionais, reforçando a importância do aspecto humano do conhecimento e da aprendizagem da cidadania para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática.

Esta pesquisa, portanto, objetiva levantar uma reflexão sobre a importância de tornar a Universidade Federal do Pará um espaço mais democrático e mais acessível a populações em situação de vulnerabilidade.

O PROJETO GESTÃO DA PRÁTICA COTIDIANA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

O projeto “Gestão da Prática Cotidiana: formação em mídias para a população de rua” foi uma iniciativa do departamento de assistência social PAULUS, em parceria com o projeto “A verdade rua e crua”², Conselho Municipal de Assistência Social e Universidade Federal do Pará (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Comunicação e Programa de Pós-Graduação Cultura e Amazônia). A formação teve como objetivo facilitar o uso dos meios de comunicação por pessoas em situação de rua.

O curso teve a participação de cerca de 20 pessoas em situação de rua. Na ocasião, foram apresentados elementos introdutórios da comunicação por meio de mídias diversas, discutidos temas relacionados a violações de direitos e fatores individuais, sociais, econômicos e políticos que causam e mantêm as pessoas em situação de rua, além dos processos de subjetivação na produção de conteúdos comunicacionais.

A programação contou com uma palestra sobre os Direitos da População de Rua a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ministrada pelo conselheiro nacional e representante do Movimento POP Rua, José Vanilson Torres; pelo coordenador estadual do Movimento Nacional da População de Rua, conselheiro municipal de Assistência Social, coordenador e secretário executivo do Fórum Municipal de Usuários do SUAS de Belém, Paulo Henrique de Oliveira Costa; e pela assistente social do Centro Pop-São Brás e coordenadora

2 O projeto jornal “A verdade rua e crua” existe há quatro anos em Belém sendo um jornal cujas pautas são propostas e os conteúdos gerados exclusivamente por pessoas que estão ou estiveram em situação de rua. Inspirado no projeto Boca de Rua, que existe há quase 20 anos no Rio Grande do Sul, os participantes que geraram conteúdo podem vender as edições e ficar com a renda de forma integral.

estadual do Instituto EcoVida, Elza Castro. Representando a professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP/UFGPA), Maria Lúcia Lima, a doutoranda Jéssica Modinne fez uma roda de conversa com o tema "O pessoal é Político!".

Foram feitas atividades teóricas e práticas com a produção de textos e pequenos vídeos orientados pelo técnico em audiovisual da UFGPA, Igor Gurjão, e pelas voluntárias do projeto "A verdade rua e crua", a doutoranda do PPGP da UFGPA, Daiane Gasparetto, e a mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFGPA, Bianca Leão (autora deste paper). A formação também incluiu visita à Rádio Web UFGPA e à Assessoria de Comunicação da instituição (Ascom/UFGPA).

Antes da análise das entrevistas, propõe-se uma breve apresentação da Universidade Federal do Pará a partir de seus princípios, finalidades, missão, visão, histórico e composição atual. A apresentação visa dispor elementos para que possam ser estabelecidas relações analíticas entre, de um lado, a finalidade da instituição estabelecida em regulamento e sua estrutura atual e, de outro, as expectativas dos entrevistados sobre a sua finalidade e seus usos reais.

A instituição tem entre os seus princípios o "ensino público e gratuito", conforme o § IV do artigo 2º de seu regimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006). Já o artigo. 3º do regimento define como fins da Universidade Federal do Pará:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica;

II - formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanística e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida;

III - cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e das demandas sóciopolíticoculturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006).

No site oficial da instituição, tem-se a seguinte apresentação da missão e visão institucional:

Missão

Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017).

A Universidade do Pará tem como princípio fundamental a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão. Criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, é uma instituição federal de ensino superior, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Atualmente, a UFGPA é a maior universidade

pública da Amazônia, contando com mais de 40 mil estudantes de graduação, quase 10 mil na pós-graduação e mais de mil nos ensinos fundamental e médio, além de cerca de 6 mil estudantes dos cursos de ensino técnico e cursos livres das Escolas de Música, Teatro e Dança e de Línguas Estrangeiras. A instituição apresenta 12 *campi* do interior do Estado e uma infraestrutura de 14 institutos, sete núcleos, 36 bibliotecas universitárias, dois hospitais universitários e uma escola de aplicação.

AS NOÇÕES DE ESPAÇO PÚBLICO E DOS USOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

As entrevistas foram feitas após o término do segundo e último dia do curso de formação, 25 de setembro de 2018. Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, dentre aqueles que permaneceram no auditório do IFCH após o término da formação. A abordagem consistiu na explicação de que eu, a pesquisadora, realizava uma pesquisa a respeito dos usos do espaço público e gostaria de entrevistá-los para conhecer sua opinião a esse respeito. Foi explicado que, além do artigo que serviria de atividade avaliativa para uma disciplina, a pesquisa poderia ser apresentada em eventos acadêmicos. Todos os entrevistados abordados concordaram em conceder a entrevista.

Foram entrevistados quatro participantes do projeto, para os quais foram feitas perguntas de natureza geral – “nome”; “idade”; “profissão” – e temáticas, referentes aos propósitos da coleta: “Você vem sempre a este lugar?”; “Qual o principal motivo da sua visita a este local hoje?”; “O que você considera como um espaço público dentro de uma cidade?”; “Você reconhece este lugar como um espaço público?”; e “O que você costuma vir fazer neste lugar?”. A essas questões somaram-se outras, complementares às respostas oferecidas pelos entrevistados.

No desenvolvimento do diálogo, alguns entrevistados falaram sobre práticas ilícitas que realizaram na instituição. Em função disso, embora nenhum deles tenha solicitado, optei por preservar suas identidades para garantir a segurança de cada um, utilizando apenas as letras iniciais de seus nomes e sobrenomes.

Os entrevistados têm idade entre 25 e 54 anos, com uma média ponderada de 41 anos. As profissões informadas por eles foram: artesão, estudante, vigilante e pedreiro. Quando perguntados se vêm sempre à UFPA, houve quem respondesse que veio pela primeira vez e quem respondesse que vem com muita frequência e que chega a pernoitar na instituição. Um dos entrevistados disse que já frequentou no passado para fazer uso de entorpecentes, uma vez que morava perto, mas que hoje evita o local. O outro entrevistado disse que não vai sempre à instituição porque não está fazendo nenhum curso, demonstrando, assim, uma compreensão da instituição como um espaço destinado primordialmente aos estudos, não mencionando os demais serviços oferecidos ou a possibilidade de desfrutar da estrutura para o lazer ou para práticas desportivas. Assim, percebe-se desde o início das entrevistas que a UFPA tem usos diversos e, até mesmo, inusitados.

Sobre o principal motivo da visita ao local no dia da entrevista, R.D.M.S. alegou que veio apenas devido ao curso, uma vez que não se sente à vontade na instituição, por ter familiares que trabalham no local como terceirizados com os quais não gostaria de encontrar. J.L.C.S. disse que foi ao local “aprender” sobre jornalismo e sobre o jornal “A verdade rua e crua”

e “conhecer o espaço da UFPA”, sobre o qual já tinha ouvido falar bem. D.S.Q. afirmou que sua vinda se dava, sobretudo, por conta da “atividade” que estava sendo desenvolvida na formação e elogiou o evento e a forma como estava sendo tratado. No entanto, diferente dos demais participantes, D.S.Q. não foi convidado a participar da formação por estar vinculado a algum SUAS, mas passou em frente ao auditório do IFCH no primeiro dia do curso e juntou-se ao grupo de forma espontânea. É possível que o lanche que estava sendo servido próximo à porta do auditório tenha sido um fator inicial de atração. A temática do curso voltado para pessoas em situação de rua também pode ter sido um fator de permanência, já que D.S.Q. contou para os colegas do curso nas rodas de conversa que já esteve diversas vezes em situação de rua. Já D.P.C. respondeu apenas que o que lhe motivava estar ali naquele dia era a “formação”.

Em seguida, buscou-se compreender qual a definição dos entrevistados sobre “espaço público”. Embora tenha sido perceptível a dificuldade em apresentar um conceito, as descrições foram feitas por meio das características como: aquele em que a pessoa tem “o direito de se movimentar”, aquele onde a pessoa “usufrui de alguma coisa”.

Abaixo, o trecho exemplifica a dificuldade de apresentar um conceito (J.L.C.S, 2018):

B.C.L.: Perfeito... é... e o que você considera como um espaço público dentro de uma cidade?

J.L.C.S.: Espaço público dentro de uma cidade?

B.C.L.: É.

J.L.C.S.: Espaço público dentro...

B.C.L.: O que é um espaço público?

J.L.C.S.: Espaço público pode ser uma praça, pode ser um cinema, pode ser.. uma... danceteria,...

B.C.L.: E o que caracteriza como um espaço público?

J.L.C.S.: Porque as pessoas... é o público, não é?, ele... usufrui de alguma coisa dentro de um espaço público.

B.C.L.: Perfeito. E você reconhece este lugar aqui como um espaço público?

J.L.C.S.: Reconheço este espaço também como um espaço público, não é?

B.C.L.: Por quê?

J.L.C.S.: Porque... é... é aonde as pessoas acessam aqui, não é?, para desenvolverem as suas... faculdades, né? seus estudos, né? suas formações

O espaço público para J.L.C.S. é descrito tanto pelo usufruto de algo como pela acessibilidade do espaço. Neste sentido, observa-se a noção de espaço público não só como um espaço que tenha utilidade, mas também como um espaço que possa ser utilizado pelas pessoas. Para o entrevistado D.P.C., espaços públicos são “praças”, porém, ao responder a pergunta seguinte ele disse que também reconhece a UFPA como um espaço público devido à estrutura física da Universidade, com “área de passeio, de lazer, tudo quanto”.

Outro entrevistado, D.P.C, expressou em sua resposta um desejo de que todos os espaços fossem públicos, ao mesmo tempo em que reconheceu como públicos os espaços de posse dos governos federal, estadual e municipal a partir da seguinte resposta:

Cara... espaço público... espaço público pra mim é... todo espaço devia ser público, né? Acho que... quando tu dizes o seguinte: “esse espaço é meu”, acho que priva a liberdade de outras pessoas terem esse espaço, né? E é muito ruim. Eu acho que todos os espaços deveria (sic) ser público, mas acho que perante a lei espaço público é aqueles espaços de convivência, né? que tá na posse do governo estadual, federal, municipal... (D.P.C, 2018).

Todos os entrevistados alegaram que consideram a UFPA como um espaço público. Porém, enquanto os entrevistados J. L. C. S e D. P.C. relacionaram a instituição ao conceito de espaço público pela acessibilidade e pela infraestrutura, R.D.M.S. e D.S.Q. enfatizaram as restrições de uso que o local impõe, este último o descrevendo como um espaço ao mesmo tempo público e privado. Faz-se válida a transcrição de um trecho de entrevista de R.D.M.S.:

R.D.M.S.: Eu reconheço como um espaço público, só que, porém, entre aspas, né? A nossa própria prefeitura aqui da Federal quando ela te vê em situação aqui dentro logo (...) logo as crianças, como você não é universitário, convidam a se retirar. Isso já aconteceu comigo, entendeu?

B.C.L.: Hum rum. E qual tu achas que é o critério?

R.D.M.S.: Ah... eu acho que o critério é, tipo assim, você não é universitário mas você tá num local público, acho que você tem o direito de se locomover, de ir e vir.

B.C.L.: Mas por que tu achas que eles te abordam?

R.D.M.S.: Bem eu não foi o motivo de o negócio de um seguinte deles me encontrarem com droga ou então tá fumando droga... Eu não sei qual foi o motivo, mas umas duas vezes já aconteceu isso.

B.C.L.: De você estar só transitando e eles te abordarem?

R.D.M.S.: Muitas vezes eu gosto de vir ali do outro lado, né? Eu não sei se já é se já tá circulando normal, mas teve uma época que tava interditado, não é?

B.C.L.: Hum rum

R.D.M.S.: ... e ali naquele bambuzal, eu sempre gostei de ficar ali.

B.C.L.: Sim.

R.: Vinha (...) era uma ótima área para meditar. Cheguei assim mesmo: porra o que que eu tô fazendo da minha vida? (...) Porque se você vier para o lado daqui, você sente logo a fumaça e te dá logo a vontade. (Risos).

B.C.L.: Sim.

R.D.M. S.: Entendeu? Quer dizer que é isso, poxa... E aí muitas vezes, principalmente agora, tem um pessoal que trabalha que eu tenho plena certeza que não é da Federal, são terceirizados, não é? Principalmente a guarda.

Ao responderem que a UFPA é um espaço público entre aspas, ou que é um espaço público e privado ao mesmo tempo, ambos os entrevistados seguiram os relatos evidenciaram situações em que foram abordados pelos seguranças da instituição, tendo restritos seus acessos.

Já a última pergunta é referente aos usos que o entrevistado faz do lugar. Mesmo os entrevistados que nunca estiveram ou não vêm com frequência à instituição relataram diversas possibilidades de uso além dos estudos, como esportes e lazer. São eles: “crescimento cultural”, “dormir”, “batalha de MCs”, “estudar”, “aprender”, “meditar”, “fumar”, “queimar um beck”, “caminhar”, “ir ao vadião”, dentre outros. O entrevistado

que nunca veio à instituição manifestou interesse em conhecer melhor as possibilidades de uso do local (D.P.C., 2018):

B.C.L.: Mas quais são as possibilidades de uso desse lugar?

D.P. C.: Eu... acredito que a partir dessa primeira vinda minha aqui eu vou vir ou-tras vezes.

B.C.L.: Mas tu vens fazer o que aqui?

D.P. C.: Conhecer melhor o espaço e os benefícios que esse espaço tem a oferecer que venha atender às minhas necessidades.

B.C.L.: Ok... Mas assim... que... quais benefícios tu achas que tu podes encontrar aqui? O que que tu achas que tu podes fazer aqui? Por que tu...

D.P.C.: Porque eu tô... é... passando por um processo de ressocialização. Eu acredito que esse espaço aqui possa contribuir com a minha...

B.C.L.: Mas o que eu tô te perguntando é mais ou menos assim... tu virias aqui... e aí tu ias fazer o que aqui?

D.P. C.: Eu viria participar de uma roda de conversa.

B.C.L.: Perfeito. E mais alguma outra possibilidade de uso desse espaço?

D.P. C.: No momento ainda não tenho.

B.C.L.: Pensas em vir, por exemplo, caminhar na orla... ou...?

D.P. C.: Sim, sim... sim. Assim que eu tiver oportunidade, com certeza.

Assim, ainda que não saiba enumerar as possibilidades de uso da instituição, ele manifesta interesse em conhecê-la, uma vez que reconhece que o local pode ser benéfico a ele e atender a algumas de suas necessidades, contribuindo com o seu processo de ressocialização, podendo o entrevistado participar de rodas de conversa ou atividades de lazer ou físicas.

No relato dos entrevistados fazem-se claros os contrastes e convergências entre as possibilidades de usos da UFPA reguladas em seu regimento e aquelas que ocorrem na prática, “na vida real”.

Com suas palavras e, possivelmente, sem conhecer o regimento da instituição, os entrevistados citaram muitos dos fins aos quais a instituição se propõe no artigo 3º de seu regimento. Quando D.P.C. (2018), manifesta desejo em “Conhecer melhor o espaço e os benefícios que esse espaço tem a oferecer que venha atender às minhas necessidades”, ou diz: “Porque eu tô... é... passando por um processo de ressocialização. Eu acredito que esse espaço aqui possa contribuir com a minha...”, esses desejos dialogam com a finalidade de “formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanística e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006).

Já em relação aos usos indevidos, embora não estejam descritos no regimento, é possível inferir por meio da lógica que usar ou vender drogas, bem como pernoitar na instituição, não são usos desejáveis, sendo estes pontos evidentes de contraste.

A QUESTÃO DOS TERRITÓRIOS E AS BARREIRAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS

Ao falar sobre o direito à cidade, ao meio ambiente e ao lazer em Belém, Bahia (2012) oferece ferramentas para que se levante uma reflexão sobre a importância de que o espaço da Universidade Federal do Pará seja ainda mais democratizado. Bahia (2012, p. 97) fala sobre o impacto da lógica capitalista sobre as cidades e o movimento das “novas cidades” no sentido de democratizar o uso dos espaços e reduzir as segregações decorrentes do sistema capitalista, bem como uma reivindicação da natureza.

Conforme a autora: “A cidade é resultado de vários tipos de processos socioespaciais gerados pela complexa interação entre os agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais” (BAHIA, 2012, p. 99). O mesmo pode-se dizer da Universidade. Para além dos usos previstos em seu regulamento, e para além dos usos desejados e expressados pela sua “missão” e “visão”, há a ação dos “agentes modeladores” da instituição, sejam eles bem-vindos ou não. E é na tensão entre os interesses dos diversos agentes que utilizam o espaço da UFPA, nas significações que a instituição tem para cada um deles, bem como por meio da estrutura que a instituição se propõe a disponibilizar – e aquela que ela disponibiliza de fato – é que se tem a Universidade Federal do Pará real, sendo esta o resultado desses vários tipos de processos socioespaciais.

Neste processo, é inevitável que as contradições entre os usos esperados e os usos reais venham à tona. É possível fazer novamente um paralelo entre o espaço urbano, de uma maneira geral, e o espaço universitário do campus do Guamá da Universidade Federal do Pará, uma vez que este é também “um *locus* permanente de tensão, competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto” (BAHIA, 2012, p. 101). No relato dos entrevistados, ficou claro quem é chamado a se retirar e para quem são pedidos os documentos de identificação na portaria da instituição (D.S.Q., 2018):

D.S.Q.: E... eu já fui já... eu já sofri já... é... problemas na... pra entrar na Universidade, mas é quando eu tô jogação, sabe? Quando o meu cabelo tá grande, quando eu tô sem escovar o dente, quando eu tô... como o pessoal chama, fedido, né? Mas acho que todo ser humano tem esse cheiro, né?, que é o suor... então, quando eu tô assim, as pessoas me barram, me barram, mas não é tão violento como se eu fosse preto, como se eu fosse é... tivesse mais... fosse tatuado, tivesse algum piercing, sabe? Então... Assim... e aí toda quarta-feira o pessoal faz isso, mas a gente percebe que quarta-feira as pessoas são barradas porque a maioria... a maior parte delas é uma galera que é negra, sabe? Uma galera que... tipo assim, não tem o jeito de universitária. Mas qual o jeito do universitário? Eu já ví vários universitários que são negros e tão bem vestidos e são barrados. Então, é meio... meio confusa essa utilização desse espaço público que é a UFPA.

É possível identificar, por meio deste relato, que há uma linha tênue que divide duas realidades paradoxais. Da mesma forma como a cidade real se contrapõe à ideal, a UFPA real se contrapõe àquela do regimento, demonstrando, assim, um embate entre a força da participação da população na instituição e a força dos agentes que buscam garantir a segurança do local.

Nessa perspectiva da problemática urbana, as cidades se apresentam como fragmentadas, sendo possível verificar duas realidades paradoxais: a ‘cidade legal’, ordenada e garantida apenas nos aparatos legais - a Constituição Federal, Estatuto das Cidades, Plano Diretor - e a ‘cidade real’, com deficiências, falta de cumprimento dos preceitos legais instituídos, falta de participação popular nas decisões sobre o planejamento e as necessidades socioespaciais dos diversos grupos (BAHIA, 2012, p. 101).

Portanto, a “problemática urbana” é algo que se imbrica nos diversos espaços da cidade e isso não é, nem poderia ser, diferente na Universidade. Neste sentido, a Universidade Federal é também um espaço fragmentado no qual reúnem-se realidades paradoxais: a “universidade legal” e a “universidade real”. Na “universidade real” o cumprimento dos preceitos legais instituídos, muitas vezes, é feito de forma seletiva. A comunidade que usa a instituição, muitas vezes, também é escutada de forma seletiva, faltando a participação dessa população marginalizada – que existe e resiste na instituição – nas decisões sobre o planejamento e as necessidades socioespaciais desses diversos grupos.

A essencialidade do papel dos “agentes produtores do urbano” é enfatizada também em Trindade Júnior (2016). De acordo com o autor, é a partir da relação entre os agentes e o espaço que os territórios – conceito este imprescindível para a reflexão sobre o uso estratégico do espaço – configuram-se:

Entendido como mediação entre a relação dos agentes e o espaço, os territórios configurados no interior do espaço metropolitano registram ações que o controlam, garantindo a especialidade dos interesses de um ou de vários agentes. Assim, quando se menciona a existência de territórios na cidade, fala-se de frações do urbano, explícita ou implicitamente demarcadas e controladas por determinadas ações, produto da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com os outros agentes (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p.245).

Assim, a noção de território está diretamente ligada à ideia de controle e, conseqüentemente, satisfação dos interesses de uma ou mais pessoas. No caso da Universidade, por exemplo, há o controle, ou, pelo menos, a tentativa do controle, das formas de uso do espaço da instituição. Dentre as ações por meio das quais se estabelecem as correlações de força estão, conforme o depoimento dos entrevistados os vigilantes/terceirizados/porteiros da instituição. De acordo com os relatos dos entrevistados, a relação entre eles e o espaço da UFPA é mediada por agentes que, muitas vezes, controlam os usos do espaço ao pedir o documentos de identificação na portaria ou, até mesmo, mandar que retirem-se da instituição por estarem perto do Vadião por volta das 17h, conforme conta R.D.M.S. (2018):

B.C.L.: Mas aí tu já falaste também que hoje em dia [a UFPA] não é um local em que tu te sentes muito à vontade?

R.D.M.S.: Não, eu não me sinto muito à vontade. Principalmente, quando dá o negócio de cinco horas, se você tiver... aqui não tem o... o espaço aqui ao lado do Vadião, onde é aquele monumento? Se você estiver lá na orla lá, quando tu vê, tu tá sendo abordado para você sair dali.

A partir deste depoimento, bem como de outros trechos das entrevistas apresentados neste artigo, é possível identificar um “território da UFPA”, já que a instituição é uma fração do urbano que é “produto da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com os outros agentes” (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p.245).

Já a ideia de territorialidade é definida a partir da coletividade, das relações. “O espaço, enquanto meio e condição de reprodução de relações sociais, ganha expressão na existência de territórios e na configuração de territorialidades” (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 247). Trindade Júnior (2016) também chama a atenção para o fato de que as noções de território e territorialidade ultrapassam questões relativas ao mero controle e domínio do espaço e são circunscritas também no âmbito do simbólico (HAESBAERT, 1995 apud TRINDADE JR. 2016). Isso explica porque alguns dos entrevistados relataram desconforto ou pouco interesse em vir à Universidade, como se pode perceber a partir do que informam D.S.Q. e R.D.M.S.:

D.B.C.L.: Tá. Entendi. E... você... qual o principal motivo da sua visita a este local hoje?

D.S.Q.: Hoje, principalmente por causa da atividade que tá tendo aí nesses dois dias aqui. Tá sendo muito proveitosa e me chamou muita atenção, sabe? E é muito bacana. Eu tô sendo bem tratado aqui na... na atividade de vocês, sabe? Eu me senti muito... recebido... e... essa uma... essa é uma... uma coisa muito bacana porque muitas vezes eu não sou muito bem recebido em muitos lugares aqui, entende?... e eu tô falando com pessoas que têm... viveram uma trajetória de vida um pouco parecida com a minha e isso é muito bacana e tal. O principal motivo é esse, por causa da atividade.

B.C.L.: Sim, entendi. E o principal motivo da sua visita a este local hoje?

R.D.M.S.: É... a conclusão do curso, né? principalmente. Porque se não fosse através do curso eu te garanto que eu não estaria aqui, estaria em outro local, que eu já não viria pra cá, porque uma, aqui fica bem do lado do local onde eu morava. Aqui tem membros da família que trabalham aqui no espaço...

B.C.L.: Hum rum

R.D.M.S.: prestando serviços como terceirizado, né?

B.C.L.: Hum rum

R.D.M.d.S.: Aí eu já fico meio coisa de tá meio se encontrando.

Neste sentido, é preciso atentar também para as relações de afeto que se desenrolam no território da instituição. As possibilidades de encontro com familiares, com os seguranças da instituição, com antigos parceiros de atividades ilícitas, dentre outros fatores, podem interferir também na forma como se configuram as territorialidades, neste caso específico, das pessoas em situação de rua no território da instituição.

É preciso, pois, pensar a territorialidade da pessoa em situação de rua na Universidade Federal do Pará uma vez que, na prática, ela já existe. Inspirada nas ideias de Lefèbvre (2001), propõe-se, neste artigo, pensar a vida urbana reformada por meio de uma dialética entre arte, ciência e a força política do proletariado, uma vez que é apenas por meio da vida social que é possível se pensar na criação – e constante recriação – da cidade. Ao destacar a práxis urbana, Lefèbvre chama atenção para a redefinição constante das formas, funções, estruturas e necessidades sociais inerentes à sociedade urbana: “Por mais que se possa defini-lo, nosso projeto – o urbano – não estará nunca inteiramente presente e plenamente atual, hoje, diante da nossa reflexão” (LEFEBVRE, 2001, p. 111). E é levando em consideração esta dinâmica social que se reforça a importância da escuta das práticas do povo de rua na Universidade Federal do Pará, para que, de fato, cumpra-se a missão institucional de construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Neste ponto, vêm à tona as seguintes questões: Por que e como tornar a Universidade Federal do Pará um espaço mais democrático?

Gomes (2002, p.167-8) faz uma relação entre o debate sobre a cidadania e o conceito de espaço público. Para ele, “não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem a sua dimensão física”. O autor reforça que a categoria “espaço público” tem uma centralidade absoluta em relação à discussão da cidadania. “De tal forma essas categorias estão associadas – espaço público e cidadania –,

que a configuração e a transformação da primeira significam mudanças absolutas na segunda” (GOMES, 2002, p. 188). Assim, o autor indica um caminho sobre como a Universidade pode contribuir para a cidadania: por meio da reconfiguração e transformação de seu espaço público. Para que o espaço público da instituição atenda às demandas da comunidade, no entanto, é preciso ouvi-la e estudá-la em suas dimensões materiais e simbólicas.

O autor, contudo, sinaliza o recuo da cidadania nas metrópoles brasileiras por meio do encolhimento do espaço público. Ele enfatiza que a cidadania a qual ele se refere não é distante nem abstrata: “Em poucas palavras, estamos nos referindo às práticas que caracterizam os espaços públicos da cidade” (GOMES, 2002, p. 189).

É neste sentido que a Universidade Federal do Pará precisa se colocar na contramão do processo de desconfiguração da cidadania ao reconstituir a esfera pública e “reconstituir a esfera pública implica em redefinir o espaço em suas dimensões físicas e simbólicas” (GOMES, 2002, p. 191).

Saramago (2013) afirma que a universidade adaptou-se a todos os sistemas políticos que já existiram. Mas, nem por isso, pode desconsiderar a demanda da sociedade, uma vez que os avanços em tecnologias e técnicas modificam a procura por determinadas profissões, bem como o perfil de seus profissionais. Ele questiona: “Assim sendo, pergunta-se o que é que a sociedade pede à universidade, além de médicos e engenheiros? Porque a sociedade precisa mais do que de bons profissionais, disso não tenha dúvidas” (p. 37). Ao reivindicar o aspecto humano do conhecimento, o autor sugere que as universidades tenham uma matéria chamada “Aprendizagem da cidadania”, argumentando :

Aprendizagem da cidadania, é o que eu creio sinceramente que falta. Porque, queiramos ou não, a democracia está doente, e não sou eu que o digo, basta olhar para o mundo, ver a percentagem de pessoas que não votam, que não acompanham a forma como o seu voto é gerido, basta olhar para a rua onde vivemos e o país onde estamos e ver como as coisas funcionam” (p.38).

Saramago (2013) acrescenta que falta-nos a honradez de reconhecer que vivemos em uma plutocracia, defendendo que a universidade deveria reivindicar mais do que o que lhe é próprio. Para ele, é preciso enfrentar as carências já detectadas para o bom funcionamento da sociedade e debater a diferença entre instruir e educar, bem como analisar a crise das famílias que, por falta de vontade ou por incapacidade, não saiba educar. (SARAMAGO, 2013, p. 38-9). O autor enfatiza que a democracia deve ser discutida e reinventada:

Hoje discutimos Deus, discutimos a pátria, e só não discutimos a família porque ela própria está a discutir a si mesma. Mas não discutimos a democracia. Pois eu digo: discutamo-la meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos a tempo, se não descobrirmos a maneira de a reinventar, sim, de a re-inventar, não será só a democracia que se perderá, também se perderá a esperança de ver um dia respeitados neste infeliz planeta os direitos humanos. E esse seria o grande fracasso da nossa época, o sinal de traição que marcaria para todo o sempre o rosto da humanidade que agora somos (SARAMAGO, 2013, p. 73).

Estas palavras de Saramago (2013) são do texto “Verdade e Ilusão Democrática” elaborado em São de 2003 e lido em Santiago, no Chile, no ciclo “Las Conferencias de la Moneda”. No entanto, são tão atuais diante do cenário político brasileiro que chegam a parecer proféticas. O convite à discussão da democracia (“a todas as horas”, “em todos os foros”) é também um convite a sua reinvenção. O intelectual deixa claro que o perigo iminente que a perda da democracia é também o perigo da perda de um futuro no qual os direitos humanos seriam respeitados e, conseqüentemente, do maior fracasso da humanidade na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do contexto da utilização da infraestrutura física e intelectual da Universidade Federal do Pará por pessoas em situação de rua por meio do projeto “Gestão da Prática Cotidiana”, buscou-se apreender as noções dos entrevistados de espaço público, demandas e possibilidades de uso do território institucional, além de seus usos reais.

A entrevista de pessoas que estão ou estiveram em situação de rua e seus olhares sobre a Universidade permitiu o desenvolvimento de reflexões sobre os contrastes entre os usos aos quais a instituição se propõe e seus usos reais. Do mesmo modo, permitiu pensar sobre as questões relacionadas à responsabilidade da instituição na promoção da cidadania e da democracia. Em linhas gerais, o regulamento, a missão e a visão institucional preconizam o princípio do ensino público gratuito, cuja finalidade é fomentar a cultura, estimular o pensamento crítico e promover uma formação humanística e ética de profissionais que contribuam para o desenvolvimento da sociedade tanto em âmbito regional quanto internacionalmente. Neste sentido, no depoimento dos entrevistados foi perceptível o reconhecimento da importância da UFPA para o estímulo à cultura e à difusão do conhecimento, em sintonia com o que a instituição se propõe a ser. Todavia, ao relatarem situação em que a documentação de pessoas é pedida na portaria da instituição baseada apenas em sua cor de pele, fica evidente uma denúncia de racismo. Se a missão da instituição é promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável, é preciso que essa inclusão seja posta em prática no próprio território institucional. Ao ter como visão institucional não apenas o reconhecimento pela qualidade do ensino, mas também as práticas integradas à sociedade, evidencia-se a necessidade que a Universidade tem de estabelecer um diálogo e uma aproximação com esta população em situação de vulnerabilidade, uma vez que há demandas por conhecimento, lazer, ressocialização, dentre outros aspectos que os entrevistados reconhecem como possíveis na instituição.

Sobre as noções de espaço público, os entrevistados demonstraram o entendimento do espaço público como um lugar não apenas útil, mas também acessível. No entanto, a Universidade Federal do Pará foi descrita pelos entrevistados como um local em que há restrições de acesso e usufruto que são de ordem materiais e simbólicas. A pesquisa mostrou ainda usos inusitados ou mesmo indevidos que ocorrem cotidianamente, evidenciando igualmente as tensões que demarcam as suas territorialidades.

Esta pesquisa, portanto, traz a percepção de que a reconfiguração do espaço público em geral e da Universidade Federal do Pará especificamente é fundamental à promoção da cidadania e, conseqüentemente, à democracia. Assim, é necessário um esforço no sentido contrário à tendência ao encolhimento do espaço público que se observa nas sociedades atuais. Enfatiza-se a importância de pensar a produção de pesquisas no sentido da escuta dessas minorias, muitas vezes, invisibilizadas até mesmo nas instituições que se propõem a promover medidas de promoção da cidadania e inclusão social, como é o caso da Universidade Federal do Pará. Evidencia-se também o imprescindível o papel das Universidades para a promoção da cidadania e isso inclui uma revisão das práticas que acontecem todos os dias no espaço físico da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém - Pará*. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

D.d.S.Q. Entrevista concedida a Bianca Conde Leão. Belém, 25 set. 2018.

D.P.C. Entrevista concedida a Bianca Conde Leão. Belém, 25 set. 2018.

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S.R.G. de. *Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.89-128.

GOMES, P.C.C. *A condição urbana: ensaios da geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

J.L.C.S. Entrevista concedida a Bianca Conde Leão. Belém, 25 set. 2018.

LEFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001

QUEIROZ, Danielle Teixeira. et al. *Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde*. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007.

R.D.M.S. Entrevista concedida a Bianca Conde Leão. Belém, 25 set. 2018.

SACK, R. D. Human territoriality: a theory. In: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 73, n. 1, p. 55-74, 1983.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SARAMAGO, J. *Democracia e universidade*. Belém: ed.ufpa.; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.

TRINDADE JR., S-C. C. *Formação metropolitana de Belém (1960-1997)*. Belém: Paka-Tatu, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Regimento Geral*, 2006. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/images/docs/regimento_geral.pdf> Acesso em 22 de out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Portal UFPA*, 2017. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/missao-visao-principios>>. Acesso em 19 out. de 2018.